



República Federativa do Brasil Estado do Ceará Município de Juazeiro do Norte ---Serviço Público---

LEI Nº 3627, DE 15 DE MARÇO DE 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de gases de efeito estufa e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º Ficam as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis por eventos realizados em áreas de domínio público obrigadas a apresentar laudo com estimativa técnica de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) gerados pela atividade em questão e a compensar, essas emissões, com plantio de árvores, doação de mudas para viveiros públicos ou valor pecuniário correspondente.
- § 1º São considerados eventos, para fins do *caput* deste artigo os que envolvam a circulação de público, tais como: shows, práticas desportivas, exposições e desfiles;
- § 2º O valor pecuniário correspondente a compensação ambiental definida no caput será recolhido à Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;
- Art. 2º A estimativa técnica deverá ser formalizada em laudo subscrito por profissional, instituição pública ou privada, com comprovada experiência no assunto, e deverá acompanhar a documentação prévia necessária à autorização do evento.

Parágrafo Único – A Administração Municipal poderá, a seu critério exclusivo e fundamentadamente, aceitar, rejeitar ou sugerir alterações nos laudos técnicos.

Art. 3º - O cumprimento da compensação deverá ser comprovado documentalmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da realização do evento, conforme regulamentação posterior.

Parágrafo Único – Em caso de recolhimento em valor pecuniário, deverá ser efetuado até 10 (dez) dias após a realização do evento.

- Art. 4° Os laudos técnicos levarão em consideração a energia consumida, os resíduos gerados e deslocamento do público e de veículos em conseqüência do evento.
- Art. 5° A pessoa física ou jurídica que violar o disposto nesta Lei incidirá nas seguintes sanções:
 - I Pagamento em dobro do custo da compensação ambiental devida; e
- II A proibição, ao inadimplente, de realizar novos eventos sujeito a compensação ambiental, enquanto persistir a inadimplência.



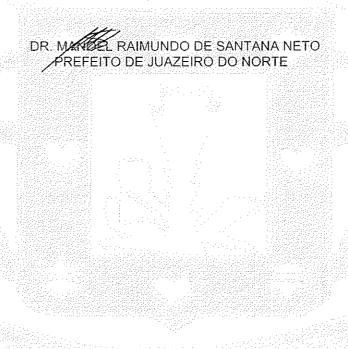


República Federativa do Brasil Estado do Ceará Município de Juazeiro do Norte ---Serviço Público---

Parágrafo Único – Os critérios para fixação dos custos da compensação ambiental serão fixados por decreto.

Art. 6°- O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aprovação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.



Autor: José de Amélia Júnior

Coautora: Francisca Delian Pinheiro Matos